

# Sarney não abre mão de Couto

Planalto desmente a ida de Aparecido para o Gabinete Civil

EUGENIO NOVAES



Esta reunião realizada no Instituto Israel Pinheiro revoltou vários deputados

## Sistematização quer Cabral no Congresso

O deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM) só não esta ouvindo a Comissão de Sistematização, da qual é o relator, nessa fase de preparação do seu novo substitutivo. A denúncia foi feita ontem na Comissão por vários de seus membros — do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), ao vice-líder do PT, deputado José Genoino (SP) —, com protestos que chegaram a ironia extrema do deputado Nilson Gibson (PMDB/PE), que pediu ao senador Afonso Arinos, presidente da Comissão, para colocá-la em recesso até que "as outras comissões" — grupos suprapartidários que se reúnem sistematicamente com o relator — "terminem seus trabalhos".

"Vamos receber tudo mastigado", resumiu o deputado Gerson Peres (PDS/PA), enquanto o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP) considerava que "estamos aqui representando um papel ridículo, altamente despedido de importância". No mesmo tom, o líder do Governo na Câmara emendou: "Estamos trabalhando numa espécie de tertúlia, em que tratamos sobre tudo, mas o relator não nos ouve". Ele lembrou ainda que as reuniões do relator com os vários grupos suprapartidários que tentam influir na Constituinte acontecem sempre fora do Congresso Nacional, o que é inclusive anti-regimental, seja pelo regimento da Assembleia Nacional ou pelo da própria Sistematização.

"Segunda-feira eu ouvi na televisão que o deputado Ulysses Guimarães se reuniu às 17 horas com a Comissão de Sistematização," relatou, perplexo, o deputado José Genoino, apoiando proposta do deputado Carlos Sant'Anna para que a Comissão se dividia em grupos para analisar as emendas. "Queremos que V. Exa. traga para cá o relator, com o substitutivo, e vamos discutir capítulo por capítulo", atacou Gerson Peres, provocando o senador Afonso Arinos, que tentou contemporizar, argumentando que o que estava ocorrendo não era por culpa do relator Bernardo Cabral, mas de uma nova forma de se fazer uma Constituinte.

Segundo o presidente da Comissão, "todas essas coisas não têm precedentes na história do direito constitucional do Brasil". Voltava, na verdade, a reclamar o não aproveitamento do anteprojeto preparado antes da instalação da Constituinte por um grupo também presidido por ele. Afonso Arinos disse que o presidente Sarney se recusou a enviar o projeto para a Constituinte com o argumento de que não iria interferir em seus trabalhos e acrescentou, irônico: "Depois mudou um pouquinho de opinião". Era uma clara referência à tomada de posição do Presidente da República em relação a temas em debate na Assembleia Nacional, inclusive o sistema de Governo, em que ambos têm se colocado em campos opostos: Arinos pelo parlamentarismo e Sarney pelo presidencialismo.

## "Reuniões fora contrariam regimento"

Só por "motivo de força maior" os constituintes poderiam estar se reunindo nas Fundações Israel Pinheiro e Getúlio Vargas, no Banco do Brasil e em outros lugares muito frequentados por eles ultimamente. E que tanto o regimento interno da Constituinte como o da Comissão de Sistematização estabelecem como local de trabalho as dependências do Congresso Nacional. Mas eles começaram nos plenários da Câmara e do Senado, passando para as comissões do Senado, depois para o Prodasen e dali para a rua foi

— literalmente — um pulo. "Sequer sabemos onde estas reuniões estão acontecendo", resumiu ontem esse desvio de rota o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA). Motivo de força maior, pelo que se sabe, não existe para a fuga. Na época da greve dos bancários, quando o deputado João Herómano (PMDB/SP) foi chutado por um PM, chegaram a sugerir que a Constituinte se transferisse para local mais seguro. O Rio de Janeiro, por exemplo citou al-

guem, não se sabe porque. O fato é que não é só "motivo de força maior" que falta aos constituintes para tal comportamento. Espaço também não é problema na sede do Congresso Nacional. Em seus cerca de 300 mil metros quadrados de área construída, eles poderiam estar se reunindo em pelo menos 40 lugares: nas 34 salas das comissões da Câmara e do Senado, nos plenários das respectivas casas ou nos auditórios Petrólio Portella, Nereu Ramos, Filinto Müller ou do Prodasen.

## Cabral: Não estimulo Constituinte paralela

Indiferente às críticas dos membros da Comissão de Sistematização, de que estaria estimulando a formação de uma "Constituinte paralela", o relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) reafirmou ontem sua disposição de continuar trabalhando na costura do segundo substitutivo, isolado na distante Fundação Israel Pinheiro. Sem dar maior importância aos regimentos da Constituinte e da Sistematização, ele revelou que é sua a responsabilidade de redigir o projeto, o que poderia fazer sozinho, até em seu quarto. "Se eu pudesse me isolar sozinho para trabalhar, iria entregar, pronto, a Constituição mais bonita do mundo", garantiu Cabral.

fazer nada, pois estava impossibilitado de estar ao mesmo tempo trabalhando e participando das discussões em plenário. — Estamos isolados aqui no Instituto Israel Pinheiro para trabalhar e produzir melhor, por que tem mais espaço e ficamos menos expostos e vulneráveis à presença do público. Aqui só chegamos parlamentares e jornalistas — enumerou Cabral, completando que no Congresso lugar assim não existe. Participando das reuniões ativamente desde o último final de semana, o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães manifestou o seu apoio à decisão de Bernardo Cabral, negando que haja uma Constituinte paralela. Ele também ignorou os dispositivos regimentais que são claros no sentido de que os trabalhos constitucionais devem se desenvolver, "salvo motivos de força maior", nas dependências do Congresso Nacional.

O relator Bernardo Cabral tem o seu trabalho, disse Ulysses Guimarães, e poderia fazê-lo "em seu

quarto ou em seu gabinete, sozinho, o substitutivo será do relator, que está procurando ouvir representantes de todos os partidos. Por enquanto a responsabilidade é de relator, depois da votação é que o texto passa a ser da Comissão de Sistematização", avalizou Ulysses Guimarães.

Os três únicos partidos que não têm sido representados nas reuniões de trabalho comandadas pelo relator Bernardo Cabral, são o PT PCB e PC do B, considerados os de esquerda mais radical. Na reunião de ontem estavam presentes parlamentares de todos os demais partidos. Do PMDB havia, além do relator e do presidente Ulysses Guimarães, os senadores Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins e os deputados Nelson Jobim, José Serra, Antônio Brito e o líder Luiz Henrique.

Representando o PFL Sandra Cavalcanti e Francisco Dornelles, pelo PTB Joaquim Bevilacqua; PDS o senador Virgílio Tavora e o deputado Konder Reis e o deputado Vivaldo Barbosa pelo PDT.

"Especulação infundada", foi o termo usado pelo porta-voz da Presidência da República, Frota Neto — autorizado pelo Presidente José Sarney — para classificar a notícia sobre a troca de posições entre o governador José Aparecido, de Brasília, e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Segundo a notícia, publicada na edição de ontem do *Jornal do Brasil*, a troca teria como objetivo implantar a fórmula encontrada por Sarney para melhorar o seu esquema de sustentação dentro da Assembleia Nacional Constituinte.

"A notícia da troca de posições no Governo é absolutamente infundada, mera especulação, assegurou Frota Neto, não poupando elogios a Ronaldo Costa Couto e a José Aparecido. Ele disse que o ministro-chefe do Gabinete Civil "tem a total confiança do presidente José Sarney, que considera excelente seu desempenho frente ao Gabinete Civil". Quanto ao governador de Brasília, o porta-voz afirmou que ele

"vem prestando um grande serviço ao Governo e cumpre o programa administrativo e político que lhe foi confiado".

### NOTICIA PLANTADA

Um político do PMDB de Minas Gerais afirmou que a notícia sobre o revezamento Aparecido-Costa Couto somente deixou bem o primeiro, colocando-o, inclusive, como indispensável ao Governo e ao presidente Sarney. "Dai fica fácil deduzir que se trata de uma notícia, entre outras, primariamente plantada pelo José Aparecido". Ele disse ainda que o governador é useiro e vezeiro em armar estas jogadas sempre que necessita, o Presidente manifeste, publicamente, o seu apoio.

Já um assessor do presidente Sarney interpretou a matéria do *Jornal do Brasil* como "um balão de ensaio" plantado por algum inimigo de Ronaldo Costa Couto com o objetivo — único e exclusivo — de provocar um desgaste na imagem do ministro".

## Aparecido se diz surpreso

O governador José Aparecido, ficou surpreso ontem com a notícia, divulgada pelo *Jornal do Brasil*, de que ocuparia a chefia do Gabinete Civil no lugar do ministro Ronaldo Costa Couto, que o substituiria no governo do Distrito Federal.

Não houve qualquer conversa nesse sentido e ele não sabe qual pode ter sido a origem da notícia. Com mais de 30 anos na vida política, Aparecido entende que sua participação nas articulações políticas é natural e se empenha, como está fazendo no governo do Distrito Federal, na preservação da Aliança Democrática.

Estranhou Aparecido ontem, também, o noticiário de que estaria articulando uma reunião dos governadores do Centro-Oeste. Não lhe cabe, pela condição própria do Distrito Fede-

ral, articular essas reuniões, o que, no caso específico, está sendo feito pelos governadores Marcelo Miranda (Mato Grosso do Sul) e Henrique Santillo (Goiás). O encontro deve ser em Campo Grande, no dia 18.

Amigo pessoal do Presidente da República, Aparecido apoia-o naturalmente, o que ocorreu na reunião dos governadores em Florianópolis, onde defendeu posições que foram aprovadas pela maioria dos participantes. Essa amizade lhe dá uma condição peculiar para as articulações políticas. E uma amizade tão antiga e sólida como a que mantém com o deputado Ulysses Guimarães, (com quem almoçou no último dia 7, após a parada militar, ou com o ex-presidente Jânio Quadros, de quem foi secretário no início da década de 60.

## Um assunto de mineiros

A possibilidade da troca de posições entre o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, e o ministro do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, foi analisada com cautela pelos políticos, ontem, no Congresso, especialmente dos mineiros. Costa Couto informou a um deputado peemedebista com quem conversou por telefone, que não se discute no Governo esta mudança. O ministro, segundo o parlamentar, estava irritado com a notícia.

A troca de Aparecido por Costa Couto foi assunto dominante nas rodinhas onde figuravam parlamentares brasileiros ou mineiros. E as gozações não foram poucas. O deputado Octavio Elisio (PMDB-MG) afirmou ter preferência pela manutenção de Costa Couto na Casa Civil da Presidência, "porque o Ronaldo tem trânsito mais fácil e tranqüilo na bancada. Acho que melhor seria ficar como está", disse.

"O Aparecido se deslocou para Brasília, inclusive com título eleitoral, e não tem nenhum contato ou relação com a bancada federal de Minas Gerais", explicou Elisio.

Mais comedido, o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) não deu muito crédito a possibilidade de troca. Mineiramente, preferiu se esquivar de revelar suas preferências ou discordâncias. "Acho que o José Aparecido tem condições de exercer o Gabinete Civil. O Costa Couto também já exerceu o governo do Distrito Federal" — lembrou.

O deputado José Frejat (PFL-DF) afirmou não acreditar na possibilidade de mudança. "Se há a eventualidade de substituir o governador, que seja escolhida pessoa que tenha conhecimento e vivência dos problemas locais. Os que vêm de fora levam dois anos para compreender a capital" — justificou. Por sua vez, o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) inicialmente preferiu se declinar de opinar sobre o assunto. "Não fui consultado e não é de minha alçada" — disse. Entretanto, voltou atrás em seu propósito inicial, e fez questão de acrescentar: "funcionário o presidente da República escolhe com sua total autoridade".

## Relatores só lerão metade das emendas

Pelo menos metade das mais de 35 mil emendas apresentadas à Comissão de Sistematização — 20 mil 791 na primeira fase e 14 mil 321 na segunda — não chegarão ao conhecimento sequer dos relatores-adjuntos da comissão. O relator Bernardo Cabral, por sua vez, examinará pessoalmente apenas 20 por cento das emendas. O processo de adequação que as propostas de parlamentares sofrem desde sua apresentação até receberem um parecer é, em si, um rigorosíssimo "vestibular", no qual só passam as que têm qualidades muito especiais: são bem redigidas, não são redundantes e versam sobre um tema de fato polêmico.

Uma proposta de deputado ou senador pode ser ignorada pela cúpula da comissão — e em muitos casos merecem este tratamento. Conta o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) que, depois de ler o substitutivo do relator, sentou-se e redigiu pessoalmente 52 emendas. Dias depois, comentando, com um colega, também senador, o esforço, ouviu o seguinte comentário: "Eu também apresentei emendas — 150 — mas não tenho a menor ideia do texto que elas têm. Apenas dei a meus assessores dicas sobre os assuntos e eles redigiram".

Pompeu de Souza não revela o nome de tal colega, mas o cita como exemplo. Como o senador das 150 emendas, há inúmeros constituintes, que fazem emendas somente para cumprir promessas feitas em palanques, mas não se empenham na sua defesa. Esta "categoria" de emendas é a que mais dá trabalho aos funcionários da Secretaria Geral da Constituinte. Elas chegam com uma ordem simples: "inclua-se onde couber", o que estende, em muito, as oito horas que normalmente envolvem a adequação de uma emenda na Sistematização. Os funcionários têm de localizar o capítulo onde se encaixa a emenda, um trabalho exaustivo.

Apesar disso, todas as emendas têm igual tratamento da equipe de funcionários e assessores da Sistematização. Virando noites, eles conseguiram está com todas as 14 mil emendas da segunda fase prontas para apreciação do relator às 5h da madrugada de domingo, poucas horas depois do final do prazo de apresentação. O trabalho mais demorado — a elaboração dos pareceres — dura cerca de oito horas por grupo de emendas apreciadas pelas equipes. Ao todo, estiveram envolvidos neste trabalho cerca de 180 funcionários da Secretaria Geral da Constituinte, além de pelo menos mais duas centenas de servidores da gráfica do Senado e do Prodasen. Foram requisitados funcionários da biblioteca e dezenas de motoristas, para que as propostas estivessem prontas para o caso de o relator querer vê-las imediatamente.

### LOBBY

Encerrado o trabalho técnico de apresentação de adequação das emendas, começa o trabalho político de sua defesa. O deputado José Genoino (PT-SP), por exemplo, acredita que uma emenda com menos de cem assinaturas tem dificuldade para ser negociada. Assim, o PT, junto com outros partidos de esquerda, está cuidando de obter o maior número de assinaturas possível para suas propostas. Para Genoino, o grande lobby, no entanto, vai acontecer em plenário, na hora dos destaques. Poderão ser destacadas para votação todas as emendas, tanto da primeira fase quanto da segunda. O grupo de esquerda vai pedir os destaques para as emendas assinadas coletivamente, que terão votos suficientes para pelo menos impressionar o plenário.

Para o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), o número de assinaturas abaixo de um formulário de emendas tem pouco que ver com sua apreciação pelos membros da Sistematização. Independentemente de quem apresentou, uma proposta será defendida pelo partido se houver o entendimento, por parte da cúpula do partido, neste sentido. O pefelista encarregado de fazer o lobby do partido junto à Sistematização é o senador Carlos Chiarelli.

As emendas que interessam a um grupo com algum poder de fogo na Constituinte, já estão todas prontas para serem votadas em plenário. Milhares de outras — chamadas eufemisticamente de "emendas de registro", ficarão para o final dos trabalhos da equipe técnica — que se encerra dia 13, dois dias antes do final do prazo que Cabral tem para elaborar seu segundo substitutivo. A estas, só restará constar dos anais como apresentadas. Seguramente, no entanto, elas não serão aprovadas pela Constituinte. Poderão somente constar do currículo de seu autor.

## Tese do PDT atrai atenção do Planalto

O ministro do Gabinete Civil da República, Ronaldo Costa Couto, telefonou ontem para um dos mais ativos constituintes do PDT, o deputado Vivaldo Barbosa, a quem solicitou uma cópia de sua emenda sobre presidencialismo, incluindo-a entre as diversas propostas que estão sendo analisadas pelo Palácio do Planalto.

Costa Couto, que esteve segunda-feira, durante quase todo o dia, com o presidente da República, discutindo a questão do sistema de governo, ligou no começo da tarde para Vivaldo Barbosa, a quem esclareceu a posição do presidente José Sarney, em favor de um "presidencialismo não imperial", ou seja, com um Congresso forte.

Apesar das divergências políticas, o presidente José Sarney e o ex-governador Leonel Brizola são aliados na defesa do presidencialismo, e ontem essa aliança se tornou mais evidente — Brizola procura ao máximo esconder isso — com a solicitação da proposta do deputado Vivaldo Barbosa.

A não ser, claro, pela defesa dos quatro anos de mandato, a emenda do

constituinte pedetista se adapta exatamente ao que pensa o presidente José Sarney: um sistema em que o presidente da República exerce a chefia do Estado e do governo, porém de forma mais aberta, ampliando os poderes do Congresso Nacional.

E o próprio Vivaldo quem diz, na justificativa à sua proposta: "O povo quer escolher quem vai tomar as decisões fundamentais que afetam sua vida", mas "as exigências da democracia impõem o fortalecimento do Congresso e das demais instituições".

A proposta de Vivaldo Barbosa diz que "o Executivo é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado", e o Congresso poderá, por maioria absoluta de seus membros, poder censurar o desempenho dos ministros de Estado, dirigentes de órgãos, autarquias, empresas públicas, empresas de economia mista e integrantes da magistratura e do Ministério Público". A moção de censura pelo Legislativo implica, se aprovada, a substituição da autoridade, pelo presidente da República.